

JUIZADO ESPECIAL E DE PEQUENAS CAUSAS

FÁTIMA NANCY ANDRIGHI*

*Desembargadora do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e Territórios*

Constitui para mim uma honra participar de tão significativo simpósio, que está cuidando de um dos mais relevantes temas, que é o acesso à Justiça.

Constitui também uma alegria porque estou podendo conviver e conhecer os colegas deste estado, que pela distância, se tornam raras as oportunidades, dificultando a saudável troca de experiências e o enlajamento de nossas amizades.

Por isso, em primeiro lugar desejo agradecer o honroso convite com que me distinguiram, dizendo-lhes que a Escola da Magistratura do Pará, merece efusivos cumprimentos pela iniciativa, e pelo trabalho que vem desenvolvendo junto aos magistrados, de valor sem dúvida inestimável.

Sou entusiasta exacerbada das escolas de Magistratura, pois fui aluna da 1ª turma da Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul, nos idos de 1976, e reconheço o valor inestimável da escola para o juiz, tanto para aqueles que ingressam nesta árdua carreira quanto para aqueles que já estão em pleno exercício da função, mas que se ressentem da necessidade de atualização de seus conhecimentos. O direito como ciência em movimento exige do magistrado uma postura rente aos novos fatos e, principalmente, rente à vida. Neste quadro é que a escola desempenha seu relevante papel: auxiliando os juizes no sofrido início da carreira e atualizando os magistrados no exercício da função, que em face do assoberbamento de processos, têm dificuldade de encontrar tempo para o estudo e a especialização.



Cumprimento, por isso, a diretora Des. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS da Escola Superior da Magistratura do Pará.

Vim, não para proferir conferência ou palestra, mas para convidá-los à meditação sobre as formas alternativas de solução de conflitos, que aos poucos vão tomando espaço tanto nos noticiários que se referem à morosidade da Justiça, como naqueles que se referem à instituição do Mercosul, Nafta e Mercado Comum Europeu.

A Justiça, para merecer o seu grande nome, segundo Piccard:

(...) deve abraçar toda a sociedade; não oferecer suas vantagens a alguns, mas a todos; não ser apenas servidora dos poderosos, mas sobretudo dos humildes; não esquecer ninguém e não esquecer nenhuma necessidade; exigir o concurso de todos, mas no limite de força de cada qual, penetrar no organismo social como um fluído benéfico trazendo a toda parte a saúde e a alegria.

Aqui está a razão da criação dos Juizados de Pequenas Causas. Não só para desafogar como para ampliar o acesso à Justiça. É de vital importância, para que o povo tenha confiança no Direito e na Justiça, que eles sejam onipresentes; que as pequenas violações ao direito, tanto quanto as grandes, possam ser reparadas, mediante a apreciação do Judiciário.

O acesso à Justiça constitui, sem dúvida, uma das grandes preocupações da CF de 1988, haja vista que fez incluir no seu texto - art. 98 - a obrigatoriedade da criação dos juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos. A competência é para conciliação, julgamento, execução das causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante procedimentos oral e sumaríssimo, permitidas a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.



A norma Constitucional encontrou raízes na experiência bem-sucedida dos Juizados de Pequenas Causas que surgiram de uma corajosa quebra de convenções, destinados a julgar, exclusivamente, causas de reduzido valor econômico, e como forma de minorar os graves efeitos políticos, sociais e econômicos decorrentes das dificuldades de acesso à prestação jurisdicional.

A experiência foi muito exitosa, porque se pauta pela informalidade, oralidade, simplicidade, economia processual, celeridade, ausência de qualquer despesa e faculdade de dirigir-se ao tribunal pessoalmente, sem a interferência de advogado, propiciando soluções de conflitos que a justiça convencional não teria em hipótese alguma condições de apresentar satisfatoriamente. Cite-se, como exemplo, a reclamação que se tornou conhecida pela singularidade, ajuizada pelo devedor que, não possuindo rendimentos suficientes para saldar o débito, ajuizou contra o seu credor pedido para obter condições mais favoráveis, com o fim de adimplir a obrigação. O acordo conduzido por um dos conciliadores, fez com que uma novação atendesse ao interesse de ambas as partes.

A rapidez e a eficiência desse novo modelo de prestação jurisdicional comprovam-se, também, pela estatística realizada, junto aos Juizados, que anotam como média mensal 75% (setenta e cinco por cento) de acordos, fato que demonstra a admirável qualidade do povo brasileiro, que é ser portador de índole conciliadora.

Com efeito, o resultado positivo e extraordinário da aplicação da Lei nº 7244/84 de desafogar a Justiça tradicional, e permitir maior acesso, principalmente da população carente, ao Judiciário, trouxe à sociedade brasileira mais uma forma de resgatar a desgastada imagem da justiça, revertendo à mentalidade e, ainda mais, resolvendo a tão preocupante questão da litigiosidade contida no povo, fenômeno extremamente perigoso e preocupante para a estabilidade social, que



sempre se traduz em soluções inadequadas. Por exemplo, atuação de "justiceiros", ou mesmo o exercício da justiça por suas próprias mãos.

É imperioso salientar que esta falta de credibilidade não pode ser imputada exclusivamente à Justiça considerando, pois, as limitações que lhe são impostas por uma legislação que não acompanha a modernidade e que, por isso, não atinge os interesses da grande população hipossuficiente que fica impedida de ter acesso ao Poder instituído para resolver os conflitos de interesses, porque sabe que ele é extremamente oneroso, demorado e complexo.

O projeto de Lei nº 91 de 1990 que regulamenta a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, foi aprovado na Câmara dos Deputados e, tramitando no Senado Federal, o Senador Bizol apresentou substitutivo, por entender que o projeto invade a esfera de competência legislativa dos estados membros, considerando o estatuído no art. 24, X, da CF.

O referido projeto é composto por noventa e sete artigos dividido em quatro capítulos:

1. Disposições Gerais;
2. Dos Juizados Cíveis;
3. Dos Juizados Criminais;
4. Disposições finais comuns.

E foi idealizado com obediência aos seguintes princípios básicos:

- a) Facultatividade
- b) Busca permanente de conciliação



- c) Simplicidade
- d) Celeridade
- e) Economia
- f) Amplitude dos poderes do juiz

No capítulo relativo aos JUIZADOS CÍVEIS ESPECIAIS está disciplinado minudentemente o processo e o procedimento quanto à competência; o juiz e os conciliadores; os atos processuais; o pedido; a citação e intimação; a revelia; a conciliação e do juiz arbitral; a instrução e julgamento, a resposta do réu; as provas; a sentença; os embargos de declaração; a extinção do processo sem julgamento do mérito; a execução e as despesas. Significa dizer que a União legislou acerca do processo e do procedimento que deverão ser submetidas às controvérsias de competência dos Juizados Cíveis Especiais.

No que concerne aos JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS, que reputo a maior inovação do projeto, fixa a competência criminal para as infrações penais de menor potencial ofensivo, considerados para efeitos desta lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, norteando-se o processo pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação da pena não privativa de liberdade.

É Plenamente justificável a indignação da população brasileira com a demora na tramitação dos processos criminais. Tal irresignação ocorre porque as regras procedimentais aplicáveis à espécie datam de 1941, sem dúvida, inadequadas aos dias de hoje, seja pela elevada concentração populacional em áreas urbanas, seja pela necessidade de pronto e rápido julgamento do acusado. Assim, com o projeto que ora se apresenta os delitos menos graves e que menor reprovação social



merecem, passam a ser tratados de forma sumária, de modo a proporcionar um julgamento rápido e sem maiores seqüelas para seu agente, proporcionando, dessa forma, oportunidade ao Judiciário para tratar com prioridade absoluta os delitos de elevada lesividade social; com julgamentos mais céleres, aplicação de penas nitidamente aflagrantes com finalidade predominantemente repressiva não animando os agentes à prática de crimes, porque terão rápida e pronta atuação da Justiça.

É inegável que o sistema de penas no Brasil necessita de uma profunda reforma, mas, enquanto ela não vem, o Juizado Especial de Pequenas Causas Criminal resgatará a imagem da Justiça, bastante agastada por causa do emperramento também dos processos criminais, o que contribui, sem dúvida, para animar a prática de delitos, porque diante desse quadro passam a confiar na impunidade.

O projeto é arrojado no tocante à fixação da pena e pauta-se também pela transação na área criminal, facultando ao agente a composição dos danos com pena substitutiva da privativa de liberdade. Ainda oportuniza a substituição da pena privativa de liberdade pela multa ou pela pena restritiva de direitos.

Assim, o projeto na área criminal é avançado e representa, perante o sistema atual, uma ousadia, porém é preciso quebrar padrões para não asfixiar a nossa justiça criminal.

A apresentação do substitutivo ao Projeto da Câmara se deveu à questão constitucional, relativa à competência exclusiva da União para legislar sobre procedimento ou exclusivamente sobre Direito Processual.

O parecer que conclui por apresentar substitutivo fulcrado no art. 24, X, da CF, afirmando que é regra geral de competência da União sobre Direito Processual - art. 22. Entretanto, é pelo princípio da



especialidade que ele não invalida a competência concorrente da União, Estado e Distrito Federal, em legislar sobre o processo do Juizado Especial de acordo com o art. 24 da CF. Assim, afirma o parecer que a competência concorrente em legislar sobre Juizados Especiais é exceção estabelecida pela Constituinte, de forma inequívoca, à competência exclusiva da União de legislar sobre Direito Processual.

O ilustre Senador Bizol entende que o caráter exaustivo que orientou o projeto de lei, isto porque legislou exaustivamente tanto sobre processo como sobre procedimento, embora reconheça a dificuldade das indefinições conceituais quanto aos mesmos, corre riscos de inconstitucionalidade, porque contém força, inercial inibidora do exercício da competência concorrente por parte dos estados-membros. Salienta, outrossim, que a tendência centralizadora que caracteriza o federalismo brasileiro não justifica o atropelo ao espírito federalista impresso no texto constitucional, porque há regra especial que determina competência aos estados-membros para legislarem concorrentemente sobre processo dos Juizados Especiais. A intenção do constituinte, sem dúvida, foi fazer valer o federalismo através da descentralização legislativa.

Com o fim de resgatar fidelidade ao espírito federalista apresentou substitutivo com apenas 8 artigos, com o seguinte teor:

Art. 1º. Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, órgãos de Justiça Ordinária, serão criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência.

Art. 2º. O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou transação.

CAPÍTULO II



DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Art. 3º. O Juizado Especial Cível, provido por Juízes togados ou togados e leigos, tem competência, para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I - cujo valor não exceda o valor de vinte salários mínimos (à data de aprovação do projeto) que deverá ser corrigido monetariamente pela Taxa de Referência (TR) ou qualquer outro índice oficial que vier a substituí-la;

II – de menor complexidade, estabelecidas em lei local.

§ 1º. Esta lei não se aplica às causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, nem as relativas a acidentes do trabalho, às sucessões e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 2º. Quando entender, o Juiz remeterá a causa ao Juízo comum, por reputá-la complexa, não podendo este recusar da competência declinada.

Art. 4º. A execução do julgado e seus incidentes processar-se-ão no próprio juízo.

CAPÍTULO III

DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

Art. 5º. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados, tem competência para o julgamento de infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento dos recursos por turmas de juizes de primeiro grau.



Art. 6º. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo:

I - as contravenções penais;

II - os delitos apenados com multa ou detenção;

§ 1º. De acordo com suas peculiaridades regionais, a lei local poderá limitar os casos de incidência do item II deste artigo.

§ 2º. Ficam excluídos dos Juizados Especiais Criminais quaisquer delitos previstos em leis especiais

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 7º. Nas Comarcas em que o movimento forense não comportar a instalação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, aplicar-se-ão as normas da legislação comum, salvo as hipóteses de instalação itinerante.

Destarte, ainda não temos uma lei que regula os processos de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que observe as disposições constitucionais, permanecendo a nível nacional, em vigor a Lei 7244/84 e, em alguns estados-membros, lei estadual que regulamentou o procedimento com respaldo no disposto constitucional autorizativo - art 24, inciso X da CF.

Deduz-se do exposto que os juizados especiais e de pequenas causas constituem um passo corajoso e relevante na busca de se ampliar o acesso à Justiça. Porém, continua a preocupação, muito embora tenha se demonstrado plenamente exitosa a experiência da implantação desta nova justiça, pois necessita-se ainda de outras fórmulas alternativas de solução dos conflitos.

Essa necessidade decorre de vários aspectos:



a) a competência, reduzida das ações submetidas à apreciação dos Juizados;

b) a complexidade das modernas relações jurídicas, quer no âmbito nacional ou internacional oriundo da interação das relações comerciais constituídas pelo MERCOSUL, NAFTA e MERCADO COMUM EUROPEU;

c) o desordenado crescimento populacional, sem a correspondente ampliação e modernização da Justiça, quer sob o aspecto material, quer sob o pessoal no reduzido número de juízes;

d) a instabilidade econômica e financeira do país que ocasiona um crescente número de demandas múltiplas, causando assoberbamento do Judiciário;

e) o advento de legislação protetiva às relações de consumo, que ampliou a defesa dos direitos do consumidor, fixando como competente para solução dessa controvérsia, os Juizados Especiais e de Pequenas Causas, com sério risco de assoberbar a nova justiça com volume desmesurado de processos, frustrando seu objetivo precípua que é a celeridade na solução do conflito.

Periodicamente é de se reconhecer ter ocorrido significativos movimentos com vistas à melhor solução dos conflitos. Um deles foi a criação dos próprios Juizados Especiais e de Pequenas Causas, porém, é preciso pensar em iniciativas fora da convencional via do Judiciário, o chamado campo dos equivalentes da jurisdição, segundo Carnelutti, mitigando o mito da jurisdição exclusiva do Estado e afastando a visão puramente jurídica do processo.

Esta nova perspectiva de criação de outros meios de solução alternativa de conflitos se abre com o anteprojeto de lei de arbitragem



que se encontra em tramitação no Congresso Nacional que dá nova feição ao art. 1.072 do CPC.

Trata-se do projeto de lei nº 4018/93, já aprovado na Câmara dos Deputados (PLS 78/92) que tramita no Senado Federal dispondo sobre a arbitragem.

A lei nacional que disciplina o Juizado de Pequenas Causas nº 7244/84 prevê no seu art. 25 a instauração de arbitragem como forma de solução de conflito, porém em face da complexidade seria pouco útil para resolver causas de pequena dificuldade técnico-jurídica.

O projeto permite que pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, facultando a escolha livre da utilização da equidade ou de regras de direito aplicáveis bem como que se arbitre com base nos princípios gerais de direito, nos usos, costumes e nas regras internacionais de comércio.

A solução do litígio submetida ao juízo arbitral exige prévia convenção das partes mediante cláusula escrita inserida no contrato ou em documento apartado que a ela se refira, ficando expressamente ressalvadas as hipóteses dos contratos de adesão, cuja cláusula sofrerá eficácia se o aderente concordar expressamente com a sua instituição. O projeto reconhece validade à sentença arbitral estrangeira, bem como pela primeira vez se admite a execução da mesma, quando até então não se admitia carta rogatória de execução, sujeita unicamente a homologação do Supremo Tribunal Federal.

Porém, esta solução ainda não é suficiente. É imprescindível que se adote outros métodos de resolução de disputas que tendem a amenizar as atitudes combativas das partes, como a arbitragem



comercial, a mediação, o mini julgamento, a negociação e o ato privado de julgar - juiz de aluguel-, todos sem submissão à via judicial.

É diária a imputação à nossa Justiça da pecha de morosa e comum a comparação com justiça alienígena, especialmente a americana, que se sobressai pela rapidez com que soluciona os litígios que são postos a sua apreciação. É necessário, porém esclarecer que a forma procedimental do processo americano é de maior presteza e ainda há a adoção de outras formas de solução de conflitos, largamente aceitas pela sociedade, sem o ingresso nas vias judiciais.

Analisando comparativamente o nosso sistema processual civil com o experimentado nos EEUU evidencia-se que naquele país, a morosidade no andamento do processo não pode ser atribuída ao magistrado, porque a fase processual mais complexa e demorada, que é a instrutória, entre nós sempre dependente de vaga na pauta de audiências ou de realização de perícia técnica, para eles não se desenvolve em juízo. É incumbência do advogado americano, extrajudicialmente, longe do juiz, a colheita integral da prova e somente após o término da busca das provas e de posse delas é que se apresentam ao juiz manifestando, na ocasião, sua opção de julgamento pelo júri ou pelo juiz singular.

A pesquisa, da verdade real não é incumbência do juiz, o que sem dúvida contribui para afastar do judiciário americano a pecha de moroso. Também não se lhe imputa o alto custo do acesso à Justiça, pois o custeio da colheita, da prova, que onera sobremaneira o custo do processo, é suportado pelas partes, na fase que se desenvolve fora dos tribunais.

Verifica-se, assim, maior passividade do Juiz no sistema norte americano, bem diverso do nosso, que investe seu órgão jurisdicional de amplos poderes em busca da verdade real - art 130 do Código de Processo Civil - presidindo a instrução, como condutor do processo. É bem



verdade que essa atitude passiva, diante do litígio vem sendo questionada pelos próprios juízes americanos, que, aos poucos, mais especificamente nos litígios complexos, estão tentando ampliar sua participação na DISCOVERY, supervisionando a conduta das partes desde o início do processo. Acentua-se essa preocupação na *class action*, em que pessoas não participantes do processo serão atingidas pelos efeitos da decisão.

Podemos começar a caminhar, gradativamente, para a ampliação do universo abrangido pelos Juizados de Pequenas Causas. Poder-se-ia sugerir, a exemplo da norte-americana *Alternative Dispute Resolution* - ADR, a criação de outras formas de RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONTROVÉRSIAS.

A expressão abarcaria o conjunto de métodos de solução de disputas que não caracterizem litígios tradicionais. A idéia é resolver o conflito antes do ajuizamento da ação ou mesmo logo após o ajuizamento, sem que se dispenda quantidade considerável de tempo e dinheiro.

Não há dúvida de que falando somente por intermédio de seus advogados, os litigantes tendem a endurecer suas atitudes, um em relação ao outro, e a considerar a disputa em seus termos legais. Assim, a face hostil do litígio se evidencia com o desgaste de todos os envolvidos (inclusive o Estado-Juiz), independentemente de se saber se o caso será ou não julgado.

O que se sugere preliminarmente, é o uso de antigos métodos, tais como a arbitragem, cuja propriedade mais acentuada consiste no acertamento das divergências. As partes podem concordar em eleger um árbitro após o surgimento da disputa, mas estipular-se-ia (e aqui incidiria a inovação) cláusula que as obrigasse a prefixar o método de resolução de eventual controvérsia decorrente da relação jurídica entabulada.



Indicado para solucionar desavenças de família e vizinhança, sugerir-se-ia a mediação, através da escolha de uma terceira parte neutra, cuja função pode ser de avaliadora da reivindicação e fornecedora de sugestões de acordo.

Já o método das audiências prévias das partes e seus advogados, conhecido nos EEUU como *pré-trial conferences*, tem como objetivo ajudar as partes, com a participação dos seus advogados, a encontrar modos de solução da celeuma, economizando tempo e despesa, obtendo-se conciliação com força de sentença. Convém registrar que em Brasília experimenta-se a aplicação das audiências prévias em trabalho conjunto com a Assistência Judiciária. Os advogados que prestam a assistência judiciária não ingressam com nenhuma ação sem antes submeter o conflito a uma audiência prévia perante o Juizado Informal de Pequenas Causas, sempre que se trate de direito disponível.

O resultado foi surpreendente e constatou-se, em face do considerável número de acordos, um sensível desafogo da Assistência Judiciária e, em consequência, do Judiciário.

Não tenho dúvida de que na busca de uma prestação jurisdicional mais eficaz deve-se procurar adaptar à nossa realidade as formas de resolução de controvérsias que estão obtendo êxito em outros países. Por isso, trago à baila para meditação notícia de métodos alternativos que estão a produzir resultados satisfatórios.

Um deles é o mini julgamento que tem sido usado quase que exclusivamente no caso de disputa entre empresas, através do qual os advogados de ambas as partes, por meio de um painel que é composto de um assessor neutro, advogado e executivos de cada empresa, discutem, analisam as provas e dão solução ao conflito. As regras procedimentais dependem do acordo das partes e tem-se notícia de um notável número



de êxito em disputas que envolvem as mais conhecidas empresas norte-americanas.

O ato privativo de julgar tem sido utilizado como novo método de solução de conflitos e também é conhecido como "alugue um juiz". Envolve o encaminhamento de um caso, por um tribunal, a um juiz aposentado, que é pago pelas partes para conduzir o julgamento. O encaminhamento a um juiz privado só acontece se as partes concordarem, e a decisão do juiz é tão legalmente obrigatória quanto o julgamento por um tribunal regular.

A avaliação neutra, também utilizada como método alternativo, proporciona uma análise do litígio por pessoa neutra, indicada por um tribunal, logo depois que é proposta a ação, sugerindo esta meios pelos quais a disputa, poderá ser resolvida, oferecendo opções de acordo.

Por derradeiro, a negociação regulamentadora, que nada mais é do que uma variação da mediação. Inúmeras agências federais e estaduais dos EEUU têm evitado litígios mediante proposta a grupos interessados, que se reúnem para negociar o conteúdo dos regulamentos antes de sua adoção. As negociações envolvem uma terceira parte neutra, que atua como mediador e têm sido bem sucedidas, no nível federal em questões ambientais e de aviação comercial e, no nível estadual, em assuntos de preços industriais.

Penso que várias, senão quase todas as soluções aqui noticiadas podem ser aplicadas aqui no Brasil. Só que, para tanto, é preciso profunda, mas não morosa, reflexão daqueles que lidam com o Direito.

A decisão de adotar-se procedimento alternativo, bem como o *design* de um novo método, depende, exclusivamente, do consenso das partes. Isto porque não é da nossa tradição aceitar que terceira parte



neutra, não revestida do poder jurisdicional, solucione o conflito. É preciso começar a meditar sobre a adoção dos métodos alternativos de resolução dos conflitos.

No direito brasileiro, até agora, as formas alternativas são todas facultativas, inclusive o Juizado de Pequenas Causas, mas o considerável aumento dos conflitos, da população e de seu empobrecimento, impõem a racionalização do uso da máquina judiciária tradicional. Daí a necessidade de que determinados conflitos sejam submetidos a outras formas alternativas de solução, compulsoriamente.

Evita-se, assim, o elevado custo do processo tanto para o Estado, quanto para o particular. Não mais se concebe, por exemplo, que uma cobrança de valores condominiais não possa ser resolvida mediante forma alternativa de solução de conflito.

Poderão, com certeza, questionar se tais sugestões trazem em seu íntimo risco de inconstitucionalidade: a provável inobservância do devido processo legal.

Este desafio constitucional, todavia, é válido em prol do resgate da efetividade e dignidade da Justiça.

Permitam-me repisar: é imprescindível a adoção de formas não judiciais de resolução de conflitos, sob pena - e não falo aqui qualquer novidade - de estrangulamento, inclusive dos Juizados Especiais e de Pequenas Causas, em completo e, aí sim, estará, arraigado o descrédito do Poder Judiciário.

Obrigada.

